

InfoSNESup 214

Newsletter agosto de 2014 – 1ª e 2ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

NOVO ANO LETIVO, VELHOS CORTES

MAIS E MELHOR ENSINO SUPERIOR

A CONTESTAÇÃO À FCT NÃO FOI DE FÉRIAS

LNEG ESVAZIADO DE FUNÇÕES

UTAD E SNESup ASSINAM PROTOCOLO DE COMISSÃO PARITÁRIA

REGULAMENTO ESTRUTURA ORGÂNICA DA UAb

ASSINATURA ACEEP UAlgarve

DOIS ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS



NOVO ANO LETIVO, VELHOS CORTES

Agora que o Verão começa a chegar ao fim e nos preparamos para o início de mais um ano letivo, eis que entramos numa história que já vivemos: Mais cortes no Ensino Superior e Ciência.

Entre 2010 e 2013 o Ensino Superior público assistiu a um corte de mais de 31% das suas verbas (fonte: Direção-Geral do Orçamento). No mesmo período o número de alunos matriculados subiu entre 2010 e 2012, existindo apenas um decréscimo pontual de 3% no ano de 2013 (onde a crise, e ao seu impacto nos orçamentos familiares, terão certamente influenciado). A disparidade entre os [cortes no ensino superior e o número de alunos](#) é inegável.

Se somarmos o corte de 2014 e o valor em dívida reclamado pelos Reitores e Presidentes de Institutos Politécnicos de 42 milhões de Euros, verificamos que o corte desde 2010 aumentou para mais de 34% (fonte: DGO).

As notícias conhecidas durante o fim do mês de agosto, com as previsões de verbas a transferir no Orçamento para 2015, vêm agravar estes cortes. A previsão do Ministério da Educação e Ciência é de um [novo corte de 1,5% em relação a 2014](#). Estamos assim perante um montante que só têm paralelo no ano de 1999 (ano em que existiam menos 20% de alunos no Ensino Superior).

2

Pelo meio temos as habituais declarações dos dirigentes das instituições, repetindo o discurso de 2013 (veja-se os recortes de imprensa de [Jornal de Notícias](#), [Público](#) ou [Diário Económico](#)), ou [2012](#).

Este novo corte no ensino superior assume uma violência particular se verificarmos que é o corte na despesa pública no mesmo período ronda os 9% (fonte: DGO). Ou seja, no mesmo período assistimos a um sacrifício do ensino superior em mais de um terço das suas capacidades, hipotecando o futuro do país em termos de inovação e qualificação, com um contributo que foi inteiramente acomodado pelas instituições (nomeadamente: docentes, funcionários, alunos).

Não deixa de ser preocupante que ano após ano vejamos as verbas transferidas do Orçamento do Estado para as Instituições de Ensino Superior diminuírem, que ano após ano, os responsáveis por estas instituições assumam que os cortes serão duros de acomodar e que as instituições não conseguirão honrar os seus compromissos, acabam até por [anunciar medidas](#) mais duras contra os responsáveis governativos que tomam estas decisões, mas depois acabam por ser inconsequentes e, sem que as promessas sejam cumpridas, lá se acaba por cortar mais um pedaço do ensino superior, mais um pedaço do futuro.

Até quando? Até que limite?

MAIS E MELHOR ENSINO SUPERIOR

Durante muitos anos temos ouvido falar em efeitos da quebra demográfica como razão da diminuição do número de alunos, mas, nem o decréscimo no número de alunos matriculados no ensino superior é efetiva (nos últimos anos tem-se assistido mesmo a flutuações positivas, exceto no ano de 2013), nem a razão demográfica transmite a dimensão real da questão. Este ano, assistimos a um aumento do número de candidatos ao Ensino Superior. Falta ainda estudar a razão para este acréscimo, mas um [estudo de 2013](#) da Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência apontava para um aumento contínuo do número de alunos no 12º ano de 2013/2014 a 2017/2018. Se olharmos para os números publicados recentemente, pela mesma DGEEC, verificamos que há um [aumento do número de alunos](#) que conclui o secundário desde 2010 até hoje. Ora, se há um aumento do número de alunos no secundário e há estudos que preveem a continuidade desse crescimento, o principal problema está na diferença entre o número de alunos que concluem o ensino secundário e não transitam para o ensino superior, tal [como dissemos no passado](#). É aqui que está o grande desafio, num país que, apesar do recente salto nas qualificações, ainda se vê pequeno, pobre e austero, com dificuldades na visão sobre o seu futuro (enfermadas do célebre: "arranja-me um emprego"). A questão coloca-se no que pode o país oferecer a estes candidatos e como podem eles tirar partido da sua qualificação, como ferramenta para um melhor futuro. Reduzir o problema a uma questão demográfica, ou encolher a qualificação para ideias-feitas em que o trabalhar se sobrepõe ao estudar, demonstra falta de capacidade na análise. Naturalmente, que um percurso diferente apenas pode ser concretizado com mais conhecimento. A questão está em como conseguimos mais e melhor ensino superior.

A CONTESTAÇÃO À FCT NÃO FOI DE FÉRIAS

Apesar do período de férias, a gravidade das trapalhadas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) relativas à avaliação das Unidades de I&D fez com que o assunto não fosse esquecido e que tenhamos continuado a conhecer diversas tomadas de posição sobre o assunto. A indignação da comunidade académica e científica continua bem viva, como é bem evidente, por exemplo, em [De Renum Natura](#). E seguramente a indignação não ficará por aqui e as ações também não. Contamos divulgar em breve mais novidades sobre o assunto.

LNEG ESVAZIADO DE FUNÇÕES

O Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), criado com a reestruturação do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI) em 2007, tem vindo a desenvolver projetos nas áreas das Energias Renováveis e da Eficiência Energética. Um laboratório que liderava o ranking de instituições nacionais de investigação na área de

energia contando com 135 funcionários - dos quais 93 são investigadores - e 47 bolsheiros, contratados pelos projetos de investigação em curso e totalmente financiados pelos mesmos.

Todavia, com a publicação da [nova lei orgânica do LNEG](#), no passado dia 29 de agosto, ficou em causa a investigação científica nestas áreas bem como a carreira dos investigadores do LNEG. Foi decretada a transferência de competências do LNEG, e dos respetivos investigadores, para a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e para a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC), instituições que não têm vocação para a investigação e que não fazem parte do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Está assim em causa o próprio LNEG. Uma preocupação do SNESup, que irá continuar a acompanhar esta situação e apoiar os seus investigadores, e que parece também ser partilhada pelo Conselho Científico do LNEG.

UTAD E SNESup ASSINAM PROTOCOLO DE COMISSÃO PARITÁRIA

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) assinaram recentemente um [protocolo](#) que prevê a criação de uma comissão paritária em caso de litígio entre as partes ou perante qualquer dúvida de aplicação ou interpretação de disposições legais ou outras, relativas ao pessoal docente da UTAD inscrito no SNESup.

Com este protocolo, que operacionaliza o disposto no nº 6 dos Artigos 84º-A e 44º-A (Resolução Alternativa de Litígios) do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) e do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) respetivamente, promove-se a resolução alternativa de litígios e contribui-se para uma maior celeridade (e com menos custos) na análise de qualquer questão emergente de um litígio, dúvida de aplicação ou interpretação de leis, regulamentos ou contratos, entre a UTAD e associados do SNESup, bastando que cada uma das partes comunique à outra o pedido de constituição da comissão paritária, com indicação sucinta da questão que se retende analisar.

Um bom exemplo a ser seguido por outras instituições.

REGULAMENTO ESTRUTURA ORGÂNICA DA UAb

Chegou ao SNESup no passado dia 12 de agosto o [projeto de Regulamento da Estrutura Orgânica da Universidade Aberta](#) (UAb) para pronúncia. Este projeto, que incide essencialmente sobre a estrutura e organização dos órgãos e serviços da UAb, resulta, como se percebe do preâmbulo, da vontade do Reitor em reformar e reorganizar a UAb tornando-a melhor e mais eficaz, garantindo maior racionalidade e operacionalidade dos serviços.

O projeto em causa está a ser analisado pelo SNESup, e poderá enviar os seus contributos sobre os mesmos até ao próximo dia 5 de setembro para snesup@snesup.pt. Da resposta à UAb sobre o projeto em causa daremos conta depois de enviada.

ASSINATURA ACEEP UAlgarve

O Sindicato Nacional do Ensino Superior irá assinar na próxima quarta-feira, dia 3 de setembro, um Acordo Coletivo com Entidade Empregadora Pública com a Universidade do Algarve.

Como oportunamente fomos dando notícia aos subscritores desta folha informativa o SNESup participou na negociação de um Acordo Coletivo com Entidade Empregadora Pública (ACEEP) com a Universidade do Algarve (UAlg), tendo participado na mesa negocial o delegado regional e membro da direção do SNESup José Moreira e a advogada Rita Almeida D'Eça. As negociações foram concluídas no dia 28 de maio de 2014, tendo estado nela envolvidas todas as organizações sindicais que representam os trabalhadores da Universidade do Algarve, a saber: Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas; Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública; Sindicato dos Professores da Zona Sul; Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado; Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e o Sindicato Nacional do Ensino Superior.

5

O SNESup congratula-se com os resultados obtidos já que o texto final foi aprovado por unanimidade por todas as organizações sindicais envolvidas, fazendo deste um acordo exemplar, que esperamos ver replicado na generalidade das instituições de Ensino Superior. No texto do acordo, que terá ainda de ser sujeito a homologação pela tutela, ficaram consagrados importantes princípios como: o horário semanal; os regimes e horários de trabalho; a adequação dos horários aos problemas da parentalidade, situações de deficiência e outras necessidades especiais; a implementação de um sistema de participação efetiva dos representantes dos trabalhadores nas matérias reguladas pelo ACEEP e outras.

A assinatura deste acordo é uma clara demonstração da possibilidade de consagrar num mesmo texto princípios, normas, direitos e deveres de todas e todos as trabalhadoras e trabalhadores das Instituições de Ensino Superior respeitando as particularidades e idiosincrasias de cada uma das carreiras e das diversas funções que asseguram o funcionamento das IES. Este é um caminho que as diferentes organizações sindicais devem percorrer nestes tempos em que a negociação coletiva tem vindo a ser agressivamente esvaziada.

O texto final será divulgado a todos os subscritores na próxima folha informativa

DOIS ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O mês de Agosto foi marcado por mais uma declaração de inconstitucionalidade de propostas legislativas do governo. Desta vez foram dois acórdãos: [ACÓRDÃO N.º 574/2014](#) e [ACÓRDÃO N.º 575/2014](#). Para além da questão das reformas, vemos a inscrição do limite à política de cortes nos vencimentos. Chegará porventura o tempo em que nos interrogaremos sobre como foi possível que se violasse tão constantemente a constituição e os princípios mais elementares. Entretanto, tivemos mais um teste ao voluntarismo austeritário. Obviamente, que, como tínhamos alertado, a decisão primeira do Tribunal Constitucional teria de ser acatada no imediato. As instituições, asfixiadas financeiramente pela política de constantes cortes, demonstraram que já não há sequer confiança institucional no Governo, arrastando funcionários, docentes e investigadores como reféns. Na hora de contestar a opção foi o corte nos vencimentos dos seus. Depois da abstenção violenta aprendemos agora à resistência por automutilação. Talvez o CRUP já tenha percebido que não basta fazer voz grossa.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Decreto-Lei n.º 129/2014. D.R. n.º 166, Série I de 2014-08-29](#)

Ministério da Economia

Aprova a orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.

6

[Lei n.º 55/2014. D.R. n.º 162, Série I de 2014-08-25](#)

- Assembleia da República

Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela [Lei n.º 7/2009](#), de 12 de fevereiro

[Declaração de Retificação n.º 37-A/2014. D.R. n.º 158, Suplemento, Série I de 2014-08-19](#)

- Assembleia da República

Declaração de Retificação à [Lei n.º 35/2014](#), de 20 de junho, sobre "Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas", publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 117, de 20 de junho de 2014

[Despacho n.º 10593/2014. D.R. n.º 156, Série II de 2014-08-14](#)

- Aprova o Regulamento Académico da Universidade do Minho

[Despacho n.º 10470/2014. D.R. n.º 154, Série II de 2014-08-12](#)

- Regulamento de mobilidade académica no IPL - Instituto Politécnico de Lisboa

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2014/A. D.R. n.º 152, Série I de 2014-08-08](#)

- Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Resolve pronunciar-se sobre a política científica nacional

Regulamento n.º 353/2014. D.R. n.º 152, Série II de 2014-08-08

- Regulamento de Creditação para Efeitos de Prosseguimento de Estudos Superiores na ENIDH - Escola Superior Náutica Infante D. Henrique

Aviso n.º 9128/2014. D.R. n.º 152, Série II de 2014-08-08

- Regulamento de creditação da formação e da experiência profissional anterior - Instituto Politécnico de Portalegre

Despacho n.º 10244/2014. D.R. n.º 152, Série II de 2014-08-08

- Regulamento de Remunerações adicionais - Universidade de Lisboa – Faculdade de Direito

Despacho n.º 10176/2014. D.R. n.º 151, Série II de 2014-08-07

- Regulamento de Prestação de Serviços à Comunidade - Universidade de Lisboa – Faculdade de Direito

Regulamento n.º 352/2014. D.R. n.º 151, Série II de 2014-08-07

- Regulamento de Propinas da Universidade da Beira Interior

Despacho n.º 10129/2014. D.R. n.º 150, Série II de 2014-08-06

- Alteração do Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Universidade da Beira Interior

Despacho normativo n.º 10/2014. D.R. n.º 149, Série II de 2014-08-05

- Homologação dos Estatutos da Universidade de Évora

7

EVENTOS

CALL FOR PAPERS/ABSTRACTS

Colóquio Internacional - IV Colóquio de Teologias Feministas

14 e 15 novembro - CES-Lisboa

Data limite - 30 de setembro

[Saiba mais aqui](#)

Conferência Internacional - Mensageiros das Estrelas - Episódio III

19 a 21 novembro - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Data limite – 5 de setembro

[Saiba mais aqui](#)

CRIARS 2014 – 3º Congresso Ibero-Americano de Responsabilidade Social

20, 21 e 22 novembro - Lisboa - ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão

Data limite -30 de setembro

[Saiba mais aqui](#)

OUTROS EVENTOS

XXIII Simpósio Internacional em Química Medicinal

7 a 11 setembro

Centro de Congressos de Lisboa

[Saiba mais aqui](#)

Conferência Regional - “Towards a Universal Justice? Putting International Courts and Jurisdictions into Perspective”

11 e 12 setembro

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

[Saiba mais aqui](#)

Colóquio Internacional - IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos - CIEA9

11 a 13 setembro

CES-Coimbra

[Saiba mais aqui](#)

Conferência -“Advocacy for libraries”

16 e 17 setembro

Auditório da Biblioteca Nacional

[Saiba mais aqui](#)

Colóquio Internacional - 25 de Abril 40 Anos de Futuro

15 outubro

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

[Saiba mais aqui](#)

2nd ULICES Conference on Translation Studies – JET2 – International English and Translation_

3 e 4 dezembro

Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras

[Saiba mais aqui](#)

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Av. 5 de Outubro,104, 4º - 1050-060 LISBOA - Telefone 217 995 660 - snesup@snesup.pt

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º - 4100-357 PORTO - Telefone 225 430 542 - snesup.porto@snesup.pt

Estrada da Beira, 503, R/C, A - 3030-173 COIMBRA - Telefone 239 781 920 - snesup.coimbra@snesup.pt